

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 19/8/2016, Seção 1, Pág. 18.

Portaria nº 949, publicada no D.O.U. de 19/8/2016, Seção 1, Pág. 17.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Inspetoria São João Bosco ISJB		UF: MG
ASSUNTO: Recredenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), com sede no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.		
RELATOR: Luiz Fernandes Dourado		
e-MEC Nº: 20075312		
PARECER CNE/CES Nº: 316/2016	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 8/6/2016

I – RELATÓRIO

1. Histórico

O pedido de recredenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), Situado à Rua Itutinga, nº 300, bairro Minas Brasil, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, foi protocolado sob o número e-MEC 20075312 pela Inspetoria São João Bosco (ISJB), situada à Avenida 31 de Março, nº 435, Dom Cabral, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais

Informo que o processo teve tramitação complexa que passo a relatar: 1) A Instituição de Educação Superior (IES) obteve despacho saneador com resultado satisfatório; 2) foi submetida à avaliação e apresentou fragilidades em alguns indicadores; 3) a SERES sugeriu Protocolo de Compromisso (PC) que foi acatado pela IES; 4) a instituição recebeu nova avaliação para fins de comprovação do cumprimento do protocolo de compromisso; 5) A IES obteve resultado satisfatório na avaliação - Conceito Institucional (CI) 4 - relativa ao protocolo de compromisso; 6) Superadas as fases do PC, a Secretaria manifestou-se favorável ao recredenciamento após a reavaliação *in loco* realizada por comissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A seguir transcrevo a manifestação da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), com base nos relatórios de avaliação, contidos nos autos:

Processo: 20075312

Assunto: Recredenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino - ISTA

O Instituto Santo Tomás de Aquino, situado na Rua Itutinga, nº 300, na cidade de Minas Brasil, Estado de Minas Gerais, Protocolo nº 20075312, Código MEC nº 90724, Código da Avaliação nº 61144, mantida pela Inspetoria São João Bosco ? ISJB, situada na Avenida 31 de Março, nº 435, Dom Cabral, na cidade de Belo Horizonte, pede recredenciamento.

Segundo dados da Comissão Verificadora, o credenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino foi realizado por meio da Portaria MEC nº 2.916, de 17/10/2002, tendo sido seu regimento aprovado pela Portaria MEC nº 1.291.

Registra a Comissão que a IES está passando, no tocante à teologia, do estágio de Curso Livre, com mais de 20 anos de funcionamento, para Curso Autorizado, com vistas ao seu funcionamento regular.

No campo destinado à Síntese da Ação Preliminar à Avaliação, os avaliadores declaram que o Instituto apresentou no sistema e-MEC o PDI referente ao período 2006 a 2011. Esse PDI está condizente com a estrutura determinada pelo art. 16 do Decreto 5.773/2006 e o seu conteúdo contempla todas as informações demandadas de cada item. Verificou-se incoerência no preenchimento do formulário no item docente, haja vista a falta de carga horária, sua distribuição e ainda a inexistência da citação de tempo no exercício do magistério superior. A IES apresentou dois relatórios de autoavaliação, referentes ao(s) período(s) 2005 a 2006 e 2006 a 2008. Os relatórios de autoavaliação foram elaborados segundo as orientações propostas pela CONAES e contemplaram as 10 dimensões.

A IES possui Índice Geral de Cursos IGC 4 (2011).

A instituição recebeu parecer satisfatório na fase de Despacho Saneador dando prosseguimento ao fluxo processual com Comissão de Avaliação in loco designada pelo INEP, que produziu o relatório nº 61144, por meio do qual foram atribuídos os nos seguintes conceitos às dimensões avaliadas:

Dimensões	Conceitos
1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	2
2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	2
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	4
4. A comunicação com a sociedade	2
5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	2
6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	3
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	4
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	4
9. Políticas de atendimento aos estudantes	4
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	4
CONCEITO INSTITUCIONAL	3

Para a Dimensão 1, conceito 2, a Comissão Verificadora considera que, apesar de os resultados das avaliações internas e externas serem utilizadas como subsídio para a revisão do PDI, que foi realizada recentemente, ainda não houve o aditamento dessas alterações. Para fins de avaliação, foram considerados apenas os dados do formulário do EMEC. Observa-se que o PDI do ISTA não contempla a descrição de metas, ações e previsão de implantação, sendo apenas tratadas como finalidades institucionais.

Da mesma forma, para a Dimensão 2, conceito 2, verificou-se que a políticas de estímulo à pesquisa não são observadas, pois abrangem somente o desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). O equilíbrio do tripé de uma instituição de educação superior (ensino, pesquisa e extensão) fica prejudicado desse ponto de vista. Além disso, a Comissão considerou que, apesar de as atividades

de extensão caracterizarem um bom cenário, o que se pôde observar é que em relação à pesquisa é que está aquém do padrão mínimo de qualidade. Não são previstos cursos "stricto sensu", não existe um programa de iniciação científica, docentes não recebem carga horária para a realização de pesquisas, o que demonstra a ausência de políticas de pesquisa e iniciação científica.

Para a Dimensão 3, conceito 4, as ações de responsabilidade social foram consideradas como coerentes com o PDI. Porém, em relação ao meio ambiente, os avaliadores registraram que as ações são ainda incipientes. Outros itens dessa dimensão foram bem avaliados, tais como biblioteca, nivelamento em língua portuguesa para discentes, destacando a Comissão o desenvolvimento de habilidades e competências dos discentes do curso de Teologia, promovendo a prática do saber fazer, pautado nas relações e no princípio da dialogicidade e da problematização.

Com relação à Dimensão 4, conceito 2, afirma a Comissão o que agora reproduzimos: Podemos dizer que a comunicação com a sociedade não é o forte, apesar de ser mencionado e especificado nos documentos constantes. A divulgação interna e externa das suas atividades de ensino e extensão estão incipientes e, pautam-se muito mais na mídia espontânea do que uma política da própria IES. O conhecimento e reconhecimento da IES pela sociedade se dá de forma indireta e pauta-se, de forma mais contundente, na ação extensionista do seu espaço com as Congregações da Capital mineira e de dioceses do interior de Minas Gerais com atendimento às diversas camadas sociais das diversas comunidades. O serviço de ouvidoria não consta no PDI, porém, começa a ser implantado na IES. Na prática, o que se compreende como Ouvidoria é exercido pelos membros da CPA, e as formas de capilarização dessas informações não são estruturadas e institucionalizadas, sendo praticadas com um caráter baseado na interpessoalidade. Observou-se uma adequada comunicação interna, mas a comunicação externa é deficitária.

Quanto à Dimensão 5, conceito 2, a Comissão entende que há uma política de pessoal regulamentada pela CLT, contando ainda com docentes colaboradores, o que, de acordo com os avaliadores, está previsto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, conforme pesquisa realizada por nós.

Continua a avaliação da Comissão observando que os critérios de composição das políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo, embora previstos no PDI, não estão totalmente implementados. Observa-se que não existem ações e capacitação de seu corpo técnico-administrativo. Verificou-se "in loco" a existência de uma relação de tempo de vinculação dos servidores aos salários praticados, bem assim, uma diferenciação nos salários docentes de acordo com a titulação, sem que esteja explicitado num plano de carreira registrado e homologado no Ministério do Trabalho.

Ainda consoante os avaliadores, a IES apresenta um corpo docente motivado e com boas condições em relação à formação acadêmica e profissional, porém sua política de incentivo à capacitação se resume ao auxílio aos docentes e técnicos administrativos cursarem algum tipo de aprimoramento, no caso docente concessão de carga horária para a conclusão de pós-graduação e reembolso quando possíveis. Observou-se a inexistência de uma política e mesmo de uma prática de pesquisa, fundamental para um bom desempenho dos cursos de pós-graduação oferecidos em caráter lato-sensu.

Além disso, ressalva-se o que segue: Registre-se que o informado pela IES neste formulário quanto aos seus docentes, titulação, carga horária e anos de experiência no magistério superior não conferem com as documentações exibidas na avaliação "in loco". Observou-se que o corpo docente é composto por: graduados =

5(13,9%); especialistas = 5(13,9%); mestres = 22(61,1%); doutores = 4(11,1%), totalizando 36(100%) docentes. Dos informados pela IES, 06 foram excluídos, 01 por demissão por motivos de mudança do Brasil e o restante por não terem apresentados documentos comprobatórios de graduação, no país ou no exterior, estes últimos com convalidação a nível nacional. Foi observado quanto a carga horária 8,3 % dos docentes estavam contratos em regime integral, 11,1% em regime parcial e 80,6% como horistas.

Para a Dimensão 6, conceito 3, constatou-se autonomia em termos organizacionais e de gestão, cumprindo o colegiado dispositivos regimentais e estatutários, com garantia de participação dos vários segmentos, com reuniões periódicas. Ao final desse item, registra a Comissão que Pautado na documentação disponibilizada no sistema, foi verificado que há o cumprimento dos dispositivos constantes no regimento e estatuto da IES, embora no que se refere aos princípios de qualidade na gestão do ISTA, observa-se um amadorismo na alimentação do formulário e organização documental de docentes. A IES cumpre o dever de gestão, mas não transcende além do referencial mínimo de qualidade.

A Dimensão 7, conceito 4, foi entendida como adequada quanto à ventilação, iluminação, acesso às salas de aula e demais dependências. Porém, consta o seguinte trecho no relatório da Comissão: Existem dois elevadores que permitem acesso à deficientes físicos à maioria dos ambientes, mas não contempla o acesso ao Diretório Acadêmico e Cantina, bem como alguns ambientes não tem rampa de acesso nas portas. A instituição conta com área de lazer, tanto coberta, protegida do frio e intempéries, quanto áreas a céu aberto, ajardinadas, áreas para apresentações culturais, cantina, refeitório e biblioteca. Existe um auditório com estrutura a atender, com conforto e segurança, até 200 pessoas. No final desse ponto, observam os avaliadores que a climatização na IES é um item faltante, quer seja em salas de aulas, biblioteca e demais ambientes.

Para a Dimensão 8, conceito 4, afirma-se que a CPA possui histórico de atividade desde 2005, quando foi constituída, com o processo de avaliação bem caracterizado metodologicamente com participação efetiva da comunidade discente, docente e servidores não docentes. Entretanto, há ressalva da Comissão. Segundo ela, com relação ao resultado da avaliação, não é dada a devida publicidade frente a comunidade externa, restringindo-se aos corredores acadêmicos e por seguimentos, perfazendo-se, de fato, um óbice ao processo .

Com relação à Dimensão 9, conceito 4, afirma-se que há coerência em relação ao atendimento aos discentes, com o Núcleo de Estágio Prática e Extensão NEPE, contemplando ações nesse sentido. Assim, considera-se que as . As condições institucionais de atendimento ao discente são existentes, boas, oferecem um nivelamento palpável. Observa-se que o acompanhamento pedagógico é realizado pelos próprios docentes. Não se verificou "in loco" uma política concreta de acompanhamento aos egressos, porém, observa-se que a IES realiza pesquisas com os seus ex-alunos. Apesar da inexistência de FIES e PROUNE, quase totalidade dos discente tem seus estudos financiados pelas congregações religiosas e a própria IES mantém algumas bolsas para alunos que eventualmente abandonam sua vida religiosa ou para leigos. Além das bolsas de estudo, observa-se que o serviço de fotocópia é subsidiado pelo Diretório Acadêmico, com verbas obtidas da própria IES.

Para a Dimensão 10, conceito 4, registra-se que o envolvimento da mantenedora avaliza as intenções mencionadas no PDI e nota-se plenamente o fiel desenvolvimento do planejado. Alocação de recursos e captação é procedida através de políticas específicas e instrumentos próprios da mantenedora, haja vista ser uma entidade de cunho religioso(faculdade católica) que conta com congregações

aliadas, fatos superlativo para existência e sobrevivência da avaliada. O controle do ISTA em relação aos investimentos para aquisição de equipamentos de apoio didático pedagógico, reformas e outras eventualidades é compatível e demonstrado em ações concretas. Mobiliário de salas de aulas adequados e a manutenção do ambiente físico da IES como um todo é excelente e viabilizado pela renda percebida.

Com relação aos requisitos legais, foram considerados não cumpridos os seguinte: 11.1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Dec. 5.296/2004), 11.2. Titulação do Corpo Docente e 11.4. Plano de Cargo e Carreira. Os avaliadores apresentaram a seguinte justificativa:

Quanto aos requisitos legais é conveniente chamar atenção, inicialmente, para o item 11.1, onde não se observa a totalidade das dependências adaptadas para uma acolhida à cadeirantes de forma satisfatória. Existem elevadores possibilitando acesso a cadeirantes, bem como banheiros para utilização para pessoas portadoras de necessidades especiais no prédio da IES, mas a lanchonete, biblioteca, banheiro do auditório e Diretório Acadêmico não tem acesso livre aos cadeirantes. Ao reportarmos sobre item 11.2, o ISTA conta, hoje, com 36 professores. A saber: graduados = 5(13,9%); especialistas = 5(13,9%); mestres = 22(61,1%); doutores = 4(11,1%), totalizando 36(100%) docentes. No formulário preenchido pela IES encontramos discordância entre titulações de graduações (4 docentes) informadas e não comprovadas, sendo os mesmos excluídos do instrumento por orientação do INEP via telefone. A Comissão de Avaliação "in loco" encontrou docentes com diplomas de mestrado e/ou doutorado sem validade no Brasil, que foram relocados para a titulação de graduados no formulário e-mec. Plano de carreira, 11.4, não se materializa de acordo com a exigência da súmula 6 TST, por não estar homologado e registrado no Ministério do Trabalho. A contratação docente está sobre o manto da CLT, porém, por ser IES religiosa, alguns professores possuem TERMO DE VOLUNTARIADO, legal, previsto na Lei nº. 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Regime de trabalho (11.3) e Forma Legal de Contratação de Professores (11.5) está dentro dos padrões exigíveis pela legislação em vigor.

É necessário informar que o Instituto Santo Tomás de Aquino interpôs recurso à CTAA, que, no entanto, não o acatou por considerar que simplesmente a instituição explicitou as peculiaridades de sua constituição, declarando aceita o conceito 3 a ela atribuído, ficando, assim, mantido o relatório da Comissão Verificadora.

Conclusão

Diante do exposto, considerando os conceitos insatisfatórios obtidos pela IES nas dimensões 1, 2, 4 e 5, bem como o não atendimento aos requisitos legais referentes às condições de acesso para portadores de necessidades especiais, à titulação do corpo docente e ao plano de cargo e carreira, esta Secretaria decide pela celebração de protocolo de compromisso com Instituto Santo Tomás de Aquino, nos termos do art. 61 do Decreto nº 5.773/2006, para o saneamento das fragilidades relatadas pelos avaliadores in loco, de maneira que seja alcançado o referencial mínimo de qualidade em todas as dimensões.

Após a sugestão pela SERES de protocolo de compromisso e a adesão da IES a este, foi realizada nova avaliação. A seguir transcrevo a manifestação da Secretaria com base nos relatórios de avaliação, contidos nos autos:

[...]

Em atendimento à legislação aplicável, foi protocolado no Sistema e-MEC o Processo nº 20075312, cuja finalidade é a obtenção do recredenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino, mantida pela Inspeção São João Bosco.

Constam no Cadastro e-MEC os seguintes endereços da IES:

- Rua Itutinga, 300, Minas Brasil, Belo Horizonte MG

Conforme o cadastro do sistema e-MEC, a IES oferta o curso relacionado na Tabela 1.

Tabela 1. Cursos da IES no Cadastro do e-MEC (25/11/2015)

<i>Código</i>	<i>Curso</i>	<i>Ato autorizativo</i>	<i>CPC</i>	<i>CC</i>
58380	<i>Filosofia (licenciatura)</i>	<i>Renovação de Reconhecimento Port. 286, DOU de 27/12/2012.</i>	4	5
358380	<i>Filosofia (bacharelado)</i>	<i>Renovação de Reconhecimento Port. 223, DOU de 09/06/2006.</i>	3	3
5000027	<i>Teologia (bacharelado)</i>	<i>Renovação de Reconhecimento Port. 652, DOU de 11/12/2013.</i>	-	4

Não tramitam no sistema e-MEC processos de renovação dos atos autorizativos dos cursos da IES.

Nenhum registro encontrado de ocorrências de Supervisão.

O Processo de recredenciamento da IES foi submetido às análises técnicas dos documentos apresentados: Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, Regimento, documentos fiscais, parafiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora, e concluiu-se pelo atendimento parcialmente satisfatório das exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de análise documental pelo Decreto nº 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.303/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40/2007.

Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 17 do Decreto nº 5.773/2006, o processo de recredenciamento em tela foi encaminhado ao INEP para a avaliação in loco, que ocorreu no período de 27/06 a 01/07/2010. Seu resultado foi registrado no Relatório nº 62689.

Tal relatório, embora tenha registrado o Conceito Institucional 3, apresentou conceitos insatisfatórios nas dimensões:

1. A Missão e Plano de desenvolvimento Institucional.

2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

9: Políticas de atendimento aos discentes.

Com relação aos Requisitos legais, a comissão de avaliação in loco verificou que a instituição não atendia ao item: 11.2. Titulação do Corpo Docente Faculdades : no mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes.

Após análise dos elementos de instrução do Processo, especialmente do Relatório de Avaliação nº 62689, a Secretaria concluiu que a Instituição apresentava deficiências que necessitavam ser sanadas, tendo em vista o adequado atendimento à comunidade acadêmica.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 60 do Decreto nº 5.773/2006, decidiu-se pela celebração de Protocolo de Compromisso com o Instituto Santo Tomás de Aquino.

Superadas as fases de Proposta de Protocolo de Compromisso e de Termo de Cumprimento de Protocolo de Compromisso, o Processo foi enviado ao INEP para reavaliação, o que ocorreu no período de 02 a 06/08/2015, e resultou no Relatório nº 105538, tendo apresentado o seguinte quadro de conceitos:

<i>Dimensão</i>	<i>Conceito</i>
<i>1. Missão e Plano de desenvolvimento Institucional.</i>	<i>3</i>
<i>2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.</i>	<i>4</i>
<i>3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</i>	<i>3</i>
<i>4. A comunicação com a sociedade.</i>	<i>3</i>
<i>5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.</i>	<i>4</i>
<i>6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</i>	<i>3</i>
<i>7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.</i>	<i>4</i>
<i>8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.</i>	<i>3</i>
<i>9. Políticas de atendimento aos discentes.</i>	<i>3</i>
<i>10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</i>	<i>3</i>
CONCEITO INSTITUCIONAL	4

A seguir são transcritas as sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação para corroborar a atribuição dos conceitos.

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Após a leitura e análise dos documentos apresentados pode-se ratificar, por intermédio do cotejamento entre as ações implementadas, que a Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN em sua missão, objetivos e metas institucionais previstas, e na estrutura e nos procedimentos administrativos, que o seu Plano de Desenvolvimento Institucional PDI e o seu Projeto Pedagógico Institucional PPI estão coerentes.

De acordo com o PDI vigente para o período 2013-2017 a missão da Instituição de Ensino Superior consiste em formar profissionais competentes e eficientemente preparados para atuar no mercado, aptos a prever, antecipar e intervir positivamente nas mudanças e oportunidades .

A partir desta missão foram estabelecidos os seguintes objetivos: Realizar, periodicamente, avaliação de seus resultados, que será feita pelo aluno, pelo mercado e pelo corpo docente e técnico administrativo. Valorização e conscientização da necessidade de educação permanente e das novas exigências do mercado de trabalho, como por exemplo: capacidade de aprendizado, assertividade, criatividade, adaptabilidade, flexibilidade e autodidatismo, que são habilidades de difícil mensuração, e que precisam estar presentes nos critérios de avaliação. União da teoria com a prática como componente fundamental do processo de aprendizagem, entendendo a aplicação como centro do conhecimento, do esforço pelo conhecimento e de sua busca organizada, através da pesquisa científica. Compromisso com a educação como processo de descoberta e apropriação de valores, conjugada com a

capacitação profissional, formação cultural e incremento da consciência crítico-reflexiva. Ter em seu quadro docente professores que sejam responsáveis por traçar e sugerir caminhos na construção do saber, configurando-se em estrategistas da aprendizagem. Precisarão conhecer a psicologia e a ecologia cognitiva para entender como o aluno aprende e criar estratégias de aprendizagem, auxiliado por recursos tecnológicos. Orientar a instituição de ensino para o cliente, melhorando a qualidade da comunicação interna e externa e desenvolvendo estratégias competitivas. Ao eleger a educação como um de seus investimentos prioritários, reflete-se a certeza que compartilhamos quanto ao futuro: a de que o mundo será muito melhor com uma educação permanente e de qualidade acessível a todos, assumindo compromissos com relação a resultados. Vale salientar que pode ser observada em ações práticas a busca constante da realização destes objetivos determinados.

As metas institucionais foram assim descritas: Ser uma Instituição de pequeno porte, com poucos cursos, mas todos com um corpo docente comprometido, estável e sólido. Poucos cursos com turmas completas, grande procura pela instituição e com uma imagem centrada na excelência dos cursos, oferecido com a seriedade de ensino do Sistema Educacional Energia .

A meta de crescimento para os próximos cinco anos está centrada nos seguintes focos: Na modalidade presencial Bacharelado a Instituição pretende consolidar Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Design e Sistemas de Informação, almejando uma maior demanda como uma opção de ensino de qualidade. Na modalidade de ensino a distância a Instituição pretende aumentar a oferta dos cursos de Graduação Tecnológica em: Construção Naval, Logística, Design de Interiores, Segurança de Informação, Produção Publicitária, Comércio Exterior, Jogos Digitais, Produção de Multimídia, Segurança do Trabalho e Segurança Pública. Os processos de autorização já se encontram protocolados no sistema e-MEC. Além dos cursos de graduação tecnológica à distância a Instituição passará a ofertar os cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis - Bacharelado. Todos estas ações que constam no PDI vigente estão sendo implementadas.

A estrutura acadêmico-administrativa, suas funções e o seu sistema de administração estão incorporados no PDI e mostram-se adequados ao funcionamento dos cursos existentes e atualmente ofertados.

Os resultados das autoavaliações ao longo dos anos, e em particular da última avaliação institucional externa serviram de subsídio para a revisão do PDI atual e sua reformulação e readequação conforme termo de compromisso celebrado entre a Instituição e MEC.

Das reuniões realizadas com o corpo docente, discente e técnico-administrativo constatou-se a existência de ações acadêmico/administrativas oriundas do processo de autoavaliação, podem ser citadas alterações na estrutura física, na melhoria do acervo, na oferta de disciplinas presenciais e não mais a distância. Há conhecimento por parte do corpo social e do corpo discente dos documentos oficiais da Instituição PDI, PPI, das ações da CPA entre outras.

A Instituição tem utilizado os resultados obtidos nas diversas avaliações a que foi submetida como forma de aprimoramento de suas atividades e tem incorporado em seu planejamento estratégico muitas das sugestões e observações apresentadas nesses relatórios, como forma de melhorias contínuas.

Portanto, os indicadores dessa dimensão configuram um quadro SIMILAR do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os

procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais

Na Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN, observa-se clareza e qualidade na estrutura organizacional do ensino, da pesquisa e da extensão, com a finalidade de formar profissionais competentes e preparados para o mercado de trabalho, local e regional, sendo que esta missão consta dos documentos analisados. As políticas estabelecidas para o Ensino de graduação estão consolidadas e incorporadas aos cursos de graduação ofertados.

A visita in loco nos permite afirmar que a pesquisa encontra-se em sua forma embrionária. O plano de Cargos e Salários prevê um percentual de 40% sobre a carga horária contratada, dentro da qual os docentes podem desenvolver atividades pedagógicas e de pesquisa. Outra forma de prêmio para a produção científica é praticada com a apresentação de projetos específicos, que podem ser remunerados em horas/mês para as seguintes categorias: Doutor 03 horas/mês, Mestre 2 horas/mês e Especialista 01 hora/mês. Todas estas ações são de conhecimento dos docentes conforme reunião realizada e estão implantadas pelos gestores como estímulo para alavancar o processo de pesquisa e produção científica, apesar de não haver exigência legal dessa área para uma Faculdade.

As contratações de docentes seguem um rigor no que diz respeito à titulação e experiência profissional e no ensino superior, pois a Instituição remunera a hora/aula em valores bem superiores aos praticados no mercado para professores universitários, e isto contribui para a manutenção de um corpo social docente melhor qualificado. Há muita procura por vaga para atuar como docente na estrutura funcional da Instituição. O processo de seleção docente é seletivo e estruturado.

O Plano de Cargos e Salário contempla avanços em categorias de forma horizontal por tempo de serviço e de forma vertical por titulação acadêmica o que estimula a busca por uma formação continuada.

A Extensão está contemplada na oferta de atividades e projetos que são levados à comunidade local e regional, como forma de contribuição para uma melhoria tanto do meio ambiente quanto do desenvolvimento econômico e social. As ações são na forma de Jornadas Acadêmicas, Projetos como Beiramar Limpa, Projeto PRIME ENERGIA, Projeto FEAN Cultura em Foco, Projeto Sistema de Monitoramento de Vazamento em Postos de Combustíveis intitulado MFA Monitor de Fiscalização Ambiental, Programa FEAN de ações conjugadas com Entidades Públicas e Privadas comprometidas com a causa Educacional-Social, Festividades de apoio a Crianças carentes por Convênio entre a FEAN e o Instituto Agathon (ONG) em atividades desenvolvidas como a do Natal Solidário, do Inverno Solidário, da Páscoa Solidária (doação brinquedos, alimentos e doces para crianças em creches) entre outros.

Nos documentos oficiais disponibilizados, no formulário eletrônico e-Mec e nas reuniões realizadas com os dirigentes, docentes, discentes e técnico-administrativos, verificamos que há evidências de uma política destinada à formação e qualificação de profissionais para enfrentar os desafios do cenário local, regional e nacional.

Há um sistema de acompanhamento dos egressos via cadastro atualizado na página da Instituição: www.faculdadesenergia.com.br.

Todas as ações desenvolvidas pela FEAN nas áreas de Pesquisa e Extensão servem de suporte para o fortalecimento das atividades de Ensino nos cursos de graduação oferecidos.

Portanto, nesta dimensão avaliada, conclui-se que os indicadores configuram um quadro que se expressa ALÉM do referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio

A partir da leitura e análise dos documentos apresentados e anexados ao formulário eletrônico e-Mec pela Faculdade Energia de Administração e Negócios FEAN, a comissão de avaliação verificou in loco que as ações de responsabilidade social praticadas estão coerentes com o PDI e o PPI vigentes.

Nas ações desenvolvidas pela Instituição a comissão constatou que há uma relação estreita da Faculdade com determinados setores da sociedade que agem em comum acordo praticando uma série de atividades e programas de desenvolvimento sócioeconômico voltados para sua área de atuação e seu entorno.

Muitas atividades e programas são ofertados com a inserção de acadêmicos e docentes, com o suporte operacional dos funcionários técnico-administrativos, esta relação reforça a atuação da Instituição com a comunidade externa, além de atender os seus princípios de ensino e extensão. Os estágios supervisionados são um exemplo dessa prática.

A maior contribuição da Instituição é a sensibilização da comunidade interna para a o seu papel de promoção do bem-estar social, onde são desenvolvidas campanhas com intuito de angariar materiais que podem ser repassados a instituições que prestam serviços aos menos favorecidos. Com estas medidas o objetivo maior é sensibilizar os participantes de sua função enquanto ser humanos e poder lançar um olhar para aqueles que não tiveram determinadas oportunidades e padecem com necessidades básicas e elementares, o que fortalece uma consciência de vida em comunidade, muito além que o mero ensinamento acadêmico.

A Instituição tem uma política de descontos na modalidade de concessão de bolsas de estudo para docentes, técnico-administrativos e seus dependentes, além dos discentes, essa possibilidade é concedida mediante solicitação junto ao setor de protocolo/ouvidoria, não há utilização dos sistemas FIES, PROUNI ou aplicação do Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina. Todos os acadêmicos recebem um desconto de 30% de forma linear, e os docentes, técnico-administrativos e seus dependentes o desconto é de 50%.

Há uma série de atividades e projetos ofertados na forma de Extensão que são levados à comunidade local como forma de contribuição para uma melhoria tanto do meio ambiente quanto do desenvolvimento econômico e social. As ações ocorrem na forma de Jornadas Acadêmicas, Projetos e Programas, nas quais podem ser citados: Projeto Beiramar Limpa, Projeto Prime Energia, Projeto FEAN Cultura em Foco, Programa FEAN de ações conjugadas com Entidades Públicas e Privadas comprometidas com a causa Educacional-Social, Festividades de apoio a Crianças carentes por Convênio celebrado entre a FEAN e o Instituto Agathon (ONG) que promove as campanhas do Natal Solidário, do Inverno Solidário, da Páscoa Solidária, que consistem na doação de brinquedos, alimentos e doces para crianças em creches e comunidades carentes, entre outros.

A questão ambiental e a responsabilidade social estão contempladas no Projeto que gerou o Sistema de Monitoramento de Vazamento em Postos de Combustíveis via Internet, intitulado projeto MFA Monitor de Fiscalização Ambiental, desenvolvido pela Faculdade Energia de Administração e Negócios FEAN e doado em usufruto de posse para a Fundação do Meio Ambiente FATMA, que é um órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina, atuando com uma sede administrativa em Florianópolis, e catorze coordenadorias regionais, e um Posto

Avançado de Controle Ambiental - PACAM, no Estado. Criada em 1975, essa fundação tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do Estado.

Há um sistema de coleta de lixo seletiva com lixeiras distribuídas em todas as dependências da Instituição, em cores e tipo de material correspondente.

Há uma série de diretrizes institucionais enquanto políticas, adequadamente implantadas e acompanhadas por docentes e técnico-administrativos designados pelos gestores da Faculdade Energia de Administração e Negócios FEAN.

Portanto, os indicadores dessa dimensão configuram um quadro SIMILAR do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

A Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN, apresenta coerência nas ações de comunicação com a sociedade.

As ações estão descritas nas políticas constantes dos documentos oficiais e nos relatórios das atividades projetadas e desenvolvidas.

As ações de comunicação interna mantém relação com o PDI além de proporcionar à comunidade a informação por meio do site do sistema energia, desenvolve campanha de divulgação da FEAN e do processo seletivo, geralmente engloba rádio, outdoors, busdoors, redes sociais (facebook.com/FEANFaculdadeEnergia), cartazes em murais existentes em diferentes locais da Instituição, inclusive nas salas de aula.

A Instituição também possui vários projetos de extensão, parceiras com ONGs, realiza jornadas acadêmicas, oficinas, palestras por meio dos quais realiza interlocução com a sociedade.

Na página web há o portal do egresso onde o mesmo se cadastra e recebe e-mails com notícias e informações da enviadas pela Instituição.

Os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa se estabelecem adequadamente, sendo acessíveis às comunidades interna e externa.

Em relação à comunicação interna, a Instituição promove a divulgação e dissemina informações por meio de e-mail, murais e comunicados impressos onde são veiculadas informações de eventos; divulgação de postos de estágios, empregos, eventos culturais e educacionais que ocorrem dentro e fora da Instituição.

O grupo mantenedor da Instituição possui uma editora, o que facilita a produção de material didático e de divulgação.

A ouvidoria está implantada e funciona, conforme relato dos acadêmicos na reunião in loco. Há uma sala onde está localizada a mesma, compartilhada com a sala do procurador institucional, e um ícone online ouvidoria - para atendimento, esclarecimento e registros de atendimento, com encaminhamento segundo os padrões de qualidade estabelecidos.

O procurador institucional é também o responsável pela ouvidoria.

Pode-se afirmar que as políticas para comunicação interna e externa expressam um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

A Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN estabelece as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho de

forma coerente em relação ao seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.

A Instituição possui um Plano de Cargos e Salários para o Corpo Docente que foi protocolado junto ao MTE/SRTE/SC sob o número 1046220.1 na data de 01/07/2015. Na reunião com os docentes eles se dizem conhecedores das possibilidades de progressões e promoções oferecidas pelo Plano de Cargos e Salários, relativas ao merecimento, tempo de serviço e à qualificação.

Em relação à categorial profissional, o plano prevê seis grupos (A- F), vinculadas à titulação: Monitor, Professor-Tutor, Graduado, Especialista, Mestre e Doutor. No grupo o professor poderá progredir através do tempo de serviço (triênios, podendo acumular até 21%), entre os grupos pela titulação, pela produção científica.

O regime de dedicação inclui duas categorias: tempo parcial (de 20 a 30 horas semanais de trabalho) e regime de horas-aula.

O corpo docente é constituído por 59 docentes (embora conste no formulário eletrônico e-Mec 53 docentes, dos quais quatro foram excluídos por esta Comissão por não fazer mais parte do quadro funcional), 8 são doutores (13,5%), 42 são mestres (71%) e 9 são especialistas (15,5%).

Em relação ao regime de trabalho os docentes estão assim distribuídos: 02 docentes em tempo integral (3,37 %), 32 em tempo parcial (54,23 %) e 25 são horistas (42,4%).

É pago para todos os professores um adicional de 40% sobre sua carga horária contratada que pode ser utilizada para atividades pedagógicas e de pesquisa. Além da existência, contemplada neste mesmo Plano de Carreira, de um estímulo específico para produção científica e publicações sendo: 03 horas/mês para categoria doutor, 02 horas/mês para categoria mestre e 01 hora/mês para categoria especialista.

Todos os docentes comprovam experiência no magistério Superior e experiências profissionais na área em que atuam.

O preenchimento de vagas ocorre mediante a solicitação formal dos coordenadores de curso aprovada pela Diretoria, que encaminha à mantenedora que faz a contratação.

A seleção dos candidatos é feita a partir de um banco de currículos, mediante prova didática e análise de currículo e observância dos critérios existentes no Regimento da Faculdade (processo seletivo).

A Instituição realiza reunião geral no início de semestre e após ocorrem as reuniões nos colegiados dos curso (sic) de graduação existentes.

São realizadas oficinas de formação de professores pela equipe que presta assessoria pedagógica ao grupo Energia.

Os docentes afirmam ter incentivos para a participação em eventos por meio da liberação de suas atividades, no entanto não há auxílio financeiro.

O acompanhamento das atividades dos docentes acontece mediante indicadores vinculados à Avaliação Institucional.

A devolutiva aos professores, dos resultados da autoavaliação institucional, é feita pelas coordenações de curso, a cada final de semestre letivo.

A Instituição concede plano de saúde corporativo, mas os custos são arcados pelos docentes sendo por estes optados ou não.

O corpo técnico-administrativo está constituído de nove funcionários contratados e dezessete terceirizados. Estes estão amparados por um Plano de Cargos e Salário que foi protocolado junto ao MET/SRTE/SC sob o número 00455246 em 01/07/2015.

A progressão na carreira é feita por antiguidade ocorrendo a cada três anos. A admissão é feita pela Mantenedora e o contrato na forma da legislação trabalhista vigente - CLT.

Os funcionários técnico-administrativos que desejarem estudar na Instituição recebem um desconto de 50% no valor da mensalidade na graduação e pós-graduação, além de possuírem estímulos à participação em cursos internos e externos. Os dependentes de funcionários e docentes também tem o direito a concessão dos 50% de desconto.

A Instituição concede vale alimentação para os funcionários que varia de acordo com a carga horária de trabalho de cada um.

O acompanhamento da qualidade do trabalho desenvolvido pelos docentes é feito pelos coordenadores de curso e mediante a Avaliação Institucional.

Portanto, pode-se afirmar que as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo expressam um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

A Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN, no que diz respeito à sua organização e gestão, observa-se que os diferentes órgãos colegiados funcionam de forma adequada.

A estrutura organizacional da Instituição é coerente com o que está disposto em seu Regimento Geral e compreende: Conselho Diretor; Diretoria Geral; Diretoria Administrativa; Diretoria Financeira; Diretoria de Planejamento e Diretoria Acadêmica; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Coordenadoria de cursos de Graduação; Sub-Coordenadoria de Pesquisa e Extensão; Coordenadoria de Pós-Graduação; e, Coordenadoria de Estágio.

A diretoria Geral, Administrativa, Financeira e de Planejamento são indicadas pela Mantenedora.

A Diretoria Acadêmica, a Sub-coordenadoria de Pesquisa e Extensão e a Coordenadoria da Pós-Graduação e a Coordenadoria de Estágios são designadas pelo Diretor Geral.

O Coordenador de Curso é designado pela Mantenedora, por indicação do Diretor geral.

Conselho Diretor é o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo e conta com representantes docente e discente.

No que se refere à gestão, há consonância de sua atuação com as diretrizes das ações, respeitando-se as decisões dos órgãos colegiados, e com os princípios de qualidade, para formar profissionais competentes e eficientemente preparados para atuar no mercado, aptos a prever, antecipar e intervir positivamente nas mudanças e oportunidades conforme a redação da missão da Instituição.

O Conselho Diretor; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CONEPE e os Colegiados de Cursos cumprem o que está disposto no Regimento Geral da Instituição no que diz respeito ao funcionamento e à representatividade.

Há reuniões periódicas com participação dos membros que constituem esses órgãos, conforme verificado nas atas disponibilizadas.

Portanto, pode-se afirmar que a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados e a participação

dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios expressam um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

A Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN, apresenta uma Infraestrutura em conformidade com o que se encontra descrito no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI vigente.

A Instituição compartilha com o Sistema de Ensino Energia a mesma infraestrutura de salas de aula, auditórios, gráfica, biblioteca e secretaria.

A Instituição funciona em 2 unidades com contratos de comodato vigentes e apresentados à comissão. Embora esteja bem descrito no seu PDI há duas sedes e a comissão realizou visitas em ambas.

A FEAN tem concentrado suas principais atividades acadêmicas e administrativas na sede 1, localizada na Av. Saldanha Marinho, 51, no centro de Florianópolis, endereço objeto dessa visita in loco.

As estruturas ligadas ao ensino apresentam bom padrão de qualidade com salas de aulas limpas, bem iluminadas e amplas.

Todas as salas são climatizadas sendo equipadas com ar-condicionado tipo "split", quadro de giz, mural para avisos, projetores multimídia e tela digital. As salas possuem cadeiras universitárias estofadas com braço em sua grande maioria, porém há cinco salas de aula que possuem carteiras e cadeiras, utilizadas pelo Curso de Graduação em Sistemas de Informação.

Não existem espaços definidos para os diretórios acadêmicos dos cursos ou Diretório Central de Estudantes.

Existem duas salas coletivas nas unidades para uso dos docentes, equipadas com computador, armários, sofás, televisão, filtro de água e mesas.

Os espaços são adequados. Nos corredores há bebedouros com opção de água gelada.

Existem salas individuais para as coordenações dos cursos com mobiliário adequado, climatizadas, cadeiras, computadores e armários.

Em termos de áreas de convivência existem espaços amplos e definidos com funcionamento diário de lanchonetes e cantinas em dois andares. Estes serviços são terceirizados.

A Instituição conta ainda com um auditório com 322 lugares, climatizado e equipado com projetor multimídia e sistema de som.

Há uma sala para atendimento de estudantes denominada "Serviço de saúde e bem estar", equipada com mesa, computador, armários, pia, banheiro e maca.

A Instituição possui 04 laboratórios de informática climatizados e equipado com 54 computadores em rede com internet disponível para as aulas e uso dos discentes e docentes, mediante prévio agendamento.

A internet sem fio é oferecida para discentes e docentes em todos os prédios, seu acesso é livre e atende adequadamente toda a demanda. A velocidade atual da internet é de 100 Mbps.

A biblioteca ocupa atualmente uma área de aproximadamente 300m². É climatizada. Possui bibliotecária responsável, auxiliada por mais três funcionárias. O horário de funcionamento é das 7 horas da manhã às 22 horas ininterruptas de segunda à sexta-feira. A mesma encontra-se informatizada por um sistema próprio denominado "Energia" (1.5.3.11) com 11 computadores para consulta, reserva e renovação por parte dos alunos e software de busca. Há onze mesas com cadeiras

para estudo, duas salas com mesas e cadeiras em separado para estudo individual ou em grupo.

Existe um computador disponível com softwares para uso de alunos com deficiência visual e para uso de portadores de necessidades especiais ou com restrição motora.

A Instituição dispõe de um acervo modesto de periódicos e, em relação a livros, o acervo é adequado para o tamanho da instituição e a quantidades de cursos e turmas ofertadas, de acesso livre aos estudantes.

Foi comprovada política de atualização do acervo, as demandas são oriundas dos docentes que direcionam os pedidos aos coordenadores que remetem à bibliotecária para aquisição.

O espaço para estacionamento não existe na Instituição. São utilizados os estacionamentos públicos (ruas próximas), porém há convênios com estacionamentos privados localizados nas proximidades.

Portanto, com relação à infraestrutura física observada pela comissão a Instituição avaliada apresenta um quadro ALÉM ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

A Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN, tem a sua Comissão Própria de Autoavaliação - CPA implementada desde 2004.

O planejamento e a realização da autoavaliação institucional são coerentes com o PDI vigente.

A CPA é composta por 2 representantes docentes, 2 representantes discentes, 2 representantes dos funcionários e 2 representantes da comunidade, todos nomeados pela direção administrativa da Instituição.

Na reunião realizada com os membros da CPA, foi relatada a dificuldade da participação dos representantes discentes nas reuniões convocadas.

Um fato que deve ser observado é que o diretor acadêmico da Instituição acumula a função de presidente da CPA.

As reuniões da CPA ocorrem uma vez por semestre.

A CPA não possui local próprio para reuniões e desenvolvimento de suas ações, as reuniões estão sendo realizadas em salas de aula, segundo relato do seu presidente para a comissão.

O material da CPA é guardado na sala do diretor acadêmico.

Percebeu-se a funcionalidade e a participação da comunidade interna e externa no processo de planejamento e de avaliação implantada na instituição.

A avaliação é bem conduzida na sua aplicação, sendo que os instrumentos de coleta de dados são preenchidos de forma on line através do sistema criado pela Instituição.

Existe a participação efetiva dos discentes e docentes no processo autoavaliação segundo relatos nas reuniões e observações dos avaliadores nas leituras dos relatórios. No entanto, o pessoal técnico-administrativo não vem participando do processo no momento.

Em relação à divulgação e publicação dos resultados das avaliações aplicadas, ocorreram manifestações, durante a reunião com os discentes, da falta de divulgação desses resultados, o que não foi declarado durante a reunião com os docentes e técnico-administrativos. Embora a CPA disponibilize os relatórios anuais do processo avaliativo na página institucional.

Pode-se perceber que o processo de autoavaliação gera redirecionamentos e melhorias na infraestrutura, gestão acadêmica e processo de ensino/aprendizagem.

Verificou-se que há boa acessibilidade entre discentes e docentes, e, também, a facilidade no encaminhamento de sugestões, críticas e solicitações para o setor de ouvidoria.

Portanto, com relação ao planejamento e à avaliação, e os demais indicadores dessa dimensão observada pela comissão a Instituição avaliada apresenta um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes

A Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN apresenta coerência parcial das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido no PDI como observado nos documentos apresentados e reuniões com docentes e discentes. O PDI prevê o apoio de estudantes para participação de eventos, no entanto, através de análise de documentos e na reunião com os discentes observou-se que está política não está implantada. As demais ações descritas no PDI estão implementadas.

Há suporte metodológico para os alunos com necessidades educacionais especiais (deficientes físicos, visuais e auditivos).

O atendimento aos discentes pelos professores ocorre quando solicitado; os alunos em reunião com a Comissão confirmaram que não encontram obstáculo para falar com seus professores, coordenador de curso e diretoria da Faculdade, ao contrário, elencaram esta proximidade de contato como um dos pontos positivos da Instituição. As políticas de atendimento aos discentes atende aos referenciais mínimos de qualidade também no setor da administração acadêmica.

Não existe políticas implantadas de apoio aos discentes para realização de eventos científicos, atividades técnicas, esportivas e culturais.

A Instituição oferece bolsa de 30% de isenção de mensalidade a todos os alunos. Associa-se a este Programa outros dois: Bolsa Fidelidade (para os acadêmicos egressos do Sistema de Ensino Energia e Bolsa Convênio (para os servidores e seus dependentes de Empresas Conveniadas a FEAN).

A Instituição apoia os discentes no atendimento individual, para solução de problemas financeiros relativos ao pagamento das mensalidades. Também está implementada na instituição a ouvidoria, que é ativa, conforme relato dos discentes. A faculdade tem sala especial para atendimento psicopedagógico e um profissional de psicologia contratado em regime de 40 horas para atendimento. Este profissional faz uma ação ativa, ou seja, ao longo do semestre faz um mapeamento dos discentes a fim de identificar os que apresentam algum tipo de dificuldade no desempenho escolar e os chama para conversar, buscando solucionar as causas do problema.

Quanto ao acompanhamento do egresso a Instituição possui na sua página da WEB um link que permite o cadastro do egresso. Este possibilita que o egresso receba informações e notícias da Faculdade. A coordenação do curso salientou que devido ao pequeno número de egressos até o momento, existe um acompanhamento e contato individual do egresso. Mas, isto é realizado pela coordenação, não sendo uma política institucional.

Portanto, para esta dimensão a Instituição apresenta um quadro SIMILAR ao referencial mínimo de qualidade.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A Faculdade Energia de Administração e Negócios - FEAN, mediante a visita "in loco", aliada à consulta a documentos, entrevista com dirigentes, possibilitou a percepção da existência de relativa coerência entre a sustentabilidade financeira

institucional e o estabelecido no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI vigente.

O PDI prevê superávit em todos os anos entre 2013 a 2017. No entanto, analisando os documentos oficiais observou-se que nos anos de 2013 e 2014 houve um déficit financeiro na Sociedade Energia de Ensino Superior Ltda, mantenedora da FEAN. Em reunião com diretor administrativo foi informado que a mantida faz parte de várias empresas, que compõem o grupo Energia de Ensino, e que as outras empresas que pertencem ao grupo (tais como as Escolas de nível fundamental, médio e cursinho pré-vestibular) têm aportado recursos para compensar o déficit da mantenedora. Isto foi comprovado através da apresentação de balancetes dos exercícios 2013 e 2014, onde no item Mútuos (empréstimos diversos) o valor é creditado à mantida. Desta forma, a Instituição pode manter seus compromissos financeiros em dia como é o caso dos salários de docentes e funcionários técnico-administrativo.

Os recursos financeiros da Instituição são oriundos das arrecadações realizadas por meio de pagamento de mensalidades discentes matriculados nos cursos de graduação superior ofertados e nas receitas transferidas de outras empresas do grupo Energia. Não existe nenhum tipo de recebimento de dinheiro público, em programas como FIES. Destaca-se que, segundo documentos oficiais, há previsão de superávit na mantenedora já a partir do presente ano em curso - 2015.

Os mantenedores têm aplicado recursos de forma coerente na aquisição de novos equipamentos e na expansão e conservação do espaço físico.

Considera-se, assim, que com relação à sustentabilidade financeira, que a Instituição avaliada apresenta um quadro SIMILAR ao referencial mínimo de qualidade.

Requisitos Legais

A Comissão de Avaliação considerou atendidos todos os requisitos legais.

3. CONSIDERAÇÕES DA SERES

A análise do relatório de avaliação in loco revelou que a comissão de especialistas do INEP, tendo realizado seu trabalho voltado para a reavaliação das condições de funcionamento da IES, com o intuito de verificar o cumprimento das metas estabelecidas para a superação das fragilidades que levaram à celebração do Protocolo de Compromisso, registrou melhorias em todas as dimensões.

Foi verificado que as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, com os órgãos e os sistemas de administração adequados ao funcionamento dos cursos e da área administrativa. Nessa Dimensão foi configurando um quadro além do referencial mínimo de qualidade.

A estrutura organizacional da Instituição é composta pelos colegiados, em conformidade com o previsto no regimento e no PDI, configurando um quadro além do referencial mínimo de qualidade.

As Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão estão sendo desenvolvidas a partir de diretrizes claras, em consonância com PDI e com os respectivos projetos. Tanto a Pesquisa quanto a Extensão estão implantadas, bem registradas e são valorizadas pela IES.

A responsabilidade social da Instituição está bem demonstrada, sendo desenvolvida por meio de projetos de extensão e convênios para prestação de serviços.

As políticas de atendimento ao discente estão coerentes com o PDI, sendo implantada por meio de apoio financeiro e pedagógico.

A IES apresenta política de pessoal condizente com seu PDI, contemplando o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional de professores e do corpo técnico-administrativo. O plano de carreira docente e de cargos e salários dos técnicos-administrativos foram protocolados no Ministério do Trabalho e Emprego, estando implementados e difundidos entre os profissionais.

A CPA está implementada e possui atuação efetiva, sendo composta por membros de todos os seguimentos da instituição e por representantes da comunidade externa. Seus resultados são divulgados e utilizados para orientar as ações de melhoria nos setores administrativo, educacional e de infraestrutura da IES.

A infraestrutura física da IES supera ao proposto PDI, sendo adequada para o desenvolvimento das atividades pedagógicas de cada curso e da instituição como um todo, tanto em relação ao ensino e à pesquisa, quanto à organização, funcionamento e acervo da biblioteca.

Com relação à sustentabilidade financeira, foi verificado que as políticas estabelecidas no PPI e os objetivos e metas do PDI procuram manter coerência com os processos, orçamentos e investimentos. A IES possui sistemática bem organizada para a gestão e aplicação dos recursos financeiros, configurando um quadro além do referencial mínimo de qualidade.

Destaque-se que o Instituto Santo Tomás de Aquino obteve conceitos satisfatórios em todas as dez dimensões avaliadas, sendo que em nove delas registrou o conceito 4, além de cumprir todos os requisitos legais e normativos.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer favorável ao credenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino, com sede na Rua Itutinga, 300, Minas Brasil, Belo Horizonte MG, mantida pela Inspeção São João Bosco, com sede na Avenida 31 de março, Coração Eucarístico, Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

2. Considerações do Relator

Compreendendo que a análise do processo de credenciamento, em consonância com os requisitos do Decreto nº 5.773/2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e nos termos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, requer um exame global e inter-relacionado dos pedidos da interessada, e considerando a instrução processual e a legislação vigente, destaco:

- 1) Que a IES obteve conceito institucional 4(quatro), após protocolo de compromisso apresentando, desse modo, as condições para o credenciamento;
- 2) A manifestação favorável da SERES nos seguintes termos:

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer favorável ao credenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino, com sede na Rua Itutinga, 300, Minas Brasil, Belo Horizonte MG, mantida pela Inspeção São João Bosco, com sede na Avenida 31 de março, Coração Eucarístico, Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

3) A instrução processual e o atendimento aos requisitos legais.

Com base nestes dados e indicadores, submeto à Câmara de Educação Superior o voto a seguir.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA), com sede à Rua Itutinga, nº 300, bairro Minas Brasil, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, mantido pela Inspeção São João Bosco (ISJB), com sede e foro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo máximo de 4 (quatro) anos, conforme a Portaria Normativa MEC nº 2, de 4/1/2016, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Brasília (DF), 8 de junho de 2016.

Conselheiro Luiz Fernandes Dourado – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 8 de junho de 2016.

Conselheiro Erasto Fortes Mendonça – Presidente

Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco – Vice-Presidente